

Circular nº 472/2025

Brasília, 29 de outubro de 2025.

Às Seções Sindicais, às Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia Relatório e anexos da Reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA), realizada nos dias 27 e 28 de setembro de 2025.

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o Relatório e anexos da Reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA), realizada nos dias 27 e 28 de setembro de 2025, na sede do ANDES-SN, em Brasília - DF.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Jacqueline Rodrigues de Lima
1^a Secretária

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL - GTPAUA

Data: 27 e 28 de setembro 2025

Local: Sede do ANDES-SN, Auditório Marielle Franco, 2º andar

Diretores(as)/Coordenação GTPAUA presentes: Annie Schmaltz Hsiou (3ª vice-presidenta ANDES-SN), Luciana Henrique da Silva (1ª VPR Pantanal), Marcelo Martins Barreira (2º VPR Regional Leste), Muna Muhammad Odeh (2ª VPR Regional Planalto), Maria Raquel Garcia Vega (1ª VPR Regional Rio de Janeiro), Regina Célia da Silva (2ª VPR Regional São Paulo), Ruth Helena Cristo Almeida (2ª VPR Regional Norte II).

Convidadas(os): Gustavo Seferian Machado; Luiz Marques; Melka Germana de Sousa Barros.

Representantes das Seções Sindicais presentes: Raimundo Nonato Pereira da Silva (ADUA); Mario Martins Viana Júnior (ADUFC); Isabela Nascimento Fraude (ADUFES); Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF); Susana Maria Maia (ADUFF); José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Kathiuça Bertollo (ADUFOP); Sandra Helena Ribeiro Cruz (ADUFPA); Nadia Socorro Fialho Nascimento (ADUFPA); Humberto Dias Vianna (ADUFPEL); Joelson Gonçalves de Carvalho (ADUFSCAR); Ricardo Francisco Brocenschi (ADUFU); Samara Carbone (ADUFU); Emilia Wanda Rutkowski (ADUNICAMP); Luciano Pereira (ADUNICAMP); Diamantino Pereira (ADUSP); Marcos Bernardino de Carvalho (ADUSP); Thiago Pereira Lima (APRUMA); Tomaz Longhi Santos (APUFPR); Liane de Souza Weber (SEDUFSM); Ricardo de F. Lucena (ADUFPB); Maurício Javier de Léon (ADUFPB); Andréia Meinerz (SINDOIF-RS).

Dia 27/09/2025 – sábado, manhã

Coordenação: Annie Schmaltz Hsiou (3ª vice-presidenta ANDES-SN) e Marcelo Martins Barreira (2º VPR Regional Leste)

9h às 11h: Abertura e informes da Diretoria

- Saudações: primeira reunião desta coordenação do GTPAUA do ANDES-SN em 2025.
- Encontro do Setor das IEES/IMES/IFES do ANDES-SN: ocorrerá no período de 24 a 26 de outubro de 2025.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

- Reunião do GTC&T: dia 25 de outubro de 2025.
- Marcha das Mulheres Negras: dia 25 de novembro de 2025, em Brasília (DF).
- Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas do ANDES-SN: ocorrerá no período de 28 a 30 de novembro de 2025.
- Semana de Mobilização contra a Reforma Administrativa: em destaque, a grande marcha contra a Reforma Administrativa no dia 29 de outubro de 2025.
- Participação da Diretoria do ANDES-SN no 20º Encontro de Pesquisadores do MAM.
- Cúpula dos Povos: o ANDES-SN estará presente na Cúpula dos Povos, entre os dias 12 e 16 de novembro de 2025, com a participação das diretoras Muna Odeh (2ª VPR Regional Planalto) e Regina Célia Silva (2ª VPR Regional São Paulo), além das Regionais Norte I e II.

O ANDES-SN integra a organização da Tenda da Educação, espaço construído pelo Sindicato Nacional destinado ao acolhimento das seções sindicais e ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao Eixo 2 da Cúpula dos Povos: “*Reparar o passado, enfrentar o presente, proteger o futuro. Denunciar o racismo ambiental e os responsáveis pela crise climática.*”

As atividades do eixo ocorrerão entre 12 e 15 de novembro de 2025.

O ANDES-SN também participará da barqueata de abertura da Cúpula dos Povos, no rio Guamá, em Belém (PA). A diretoria ficará hospedada na Casa do Professor, espaço da ADUFPA.

Informes seções sindicais:

Os informes das seções sindicais foram encaminhados previamente por formulários, e posteriormente por e-mail para a Secretaria do ANDES-SN. Constam no anexo 1 do presente relatório.

11h às 13h: Painel I - O papel do ANDES-SN na luta agroecológica e pela soberania alimentar.

Painelistas: Luciana Henrique da Silva (1ª VPR Regional Pantanal) e Ruth Helena Cristo Almeida (2ª VPR Regional Norte II); 15 a 20 minutos de fala.

Coordenação: Annie Schmaltz Hsiou (3ª vice-presidenta ANDES-SN).

Relatoria: Marcelo Martins Barreira (2º VPR Regional Leste).

Luciana Henrique da Silva: 1^a VPR da Regional Pantanal, Doutora em Ciências Sociais pela UFSCar e pós-doutoranda em Ciência Política; Pesquisa questão agrária e questões sociais, assentada no Milton Santos (Americana, SP).

Breve relato: Apresentação em slides, construção do GTPAUA nas últimas décadas sobre as pautas e movimentos sociais. GTPAUA é fundamental porque por meio dele que se discute a economia por base em *commodities*, que expropria as comunidades e movimentos sociais. Histórico do GTPAUA que ao longo dos anos foi se agregando demais pautas socioambientais. Defesa da reforma agrária pelas mãos dos trabalhadores. A luta era mais articulada com a luta urbana e rural, necessidade de ligar a luta do campo e da cidade. Construção de um programa mínimo do ANDES-SN para questões agrárias. Ampliação da luta: meio ambiente e questões sociais. O termo soberania é tão importante que hoje nossos minérios estão em disputa (terras raras). Luta contra transgênicos e agrotóxicos, luta contra o monopólio e contra os produtos químicos (derrota) - revogar as leis agrotóxicos do governo Bolsonaro. Toda essa memória para a construção da defesa da agroecologia e soberania alimentar; luta pela alimentação estudantil livre de agrotóxicos. Incluir a apresentação no relatório. Desafios e perspectivas: crise climática e ambiental, racismo ambiental - questão de vida e morte. Andes-SN como um ator fundamental para a defesa da agroecologia e soberania alimentar, em defesa da reforma agrária, junto aos movimentos populares e sociais em vista de se construir ações concretas para instrumentalizar a luta conjunta. Engorda das praias, como pano de fundo as usinas eólicas que impactam sócio-ambientalmente. Ideia de transição ecológica para transição econômica (solar, eólica, dos recursos naturais). Quem sofre com isso são os povos originários e tradicionais, indígenas e quilombolas. Três desafios para GTPAUA.

Ruth Helena Cristo Almeida: 2^a VPR Regional Norte II, Doutora em Ciências Agrárias pela UFRA, pesquisa relações de gênero, agricultura familiar, relação empresas e comunidades, unidades de conservação e conflitos sociais.

Breve relato: Inclusão da agroecologia nos currículos. Construção do GTPAUA e do ANDES-SN durante o processo de redemocratização do país. Conceitos são políticos e de disputa de ideias. Agroecologia conexão com as pautas populares. Agrotóxicos vs agroquímicos. Agroecologia enquanto conceito se acende nos anos 2000, mas é um saber fundado entre as décadas de 80 e 90. Cursos específicos das áreas de agrárias, muito recente - disciplinas nos currículos. Algumas universidades têm núcleos, disciplinas com ementas nessa temática

(conteúdo programático). Universidades da Região Norte que possuem cursos e também nos currículos na graduação e na UFRR na pós-graduação. Quantitativamente nas IFs tem mais cursos vinculados à Agroecologia. Quando disciplina, a maioria não são disciplinas obrigatórias e possuem ementas desatualizadas. Como nossas seções sindicais trazem essa temática, a tendência é separar os temas e não conectá-las com o todo formativo. Cúpula dos Povos, conceito de bioeconomia, governador do Pará; despossessão, populações sendo retiradas de forma violenta de seus territórios, principalmente tradicionais, indígenas e quilombolas, conceito de racismo e justiça ambiental.

Debate/Inscrições (3 minutos): Luciano, Emilia, Gustavo, Nádia, Domingos, Andreia, Diamantino, Raimundo, Isabela, Ricardo, Marcos, Maurício, Tomaz; Reinscrição (2 minutos): Diamantino, Domingos, Gustavo, Emilia.

Fechamento (Ruth e Luciana): 5 minutos cada uma.

13h às 14h - Almoço

Dia 27/09/2025 – sábado, tarde

14h às 16h: Painel 2 - Antropoceno e emergências climáticas nos currículos das IES.

Painelistas: Luiz Marques (CNPEM) e Gustavo Seferian (UFMG).

Coordenação: Ruth Helena Cristo Almeida (2^a VPR Regional Norte II).

Relatoria: Marcelo Martins Barreira (2^o VPR Regional Leste).

Luiz Marques: Professor livre-docente aposentado e colaborador do Departamento de História do IFCH/Unicamp. É atualmente professor sênior da Ilum Escola de Ciência do CNPEM. Pela Editora da Unicamp, publicou *Giorgio Vasari, Vida de Michelangelo (1568)*, 2011, e *Capitalismo e Colapso ambiental*, 2015, 3a edição, 2018. É membro dos coletivos 660, Ecovirada e Rupturas.

Breve relato: I - Grande Aceleração, Antropoceno e a recusa do IUGS (União Internacional das Ciências Geológicas). II – A engrenagem do colapso socioambiental. 1 – Fracasso da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, da Convenção

sobre Diversidade Biológica (CDB) e da governança global (paz). 2 – Aquecimento médio global de 2º C antes de 2040. 3 - Trópicos inabitáveis até 2070. III – Propostas. 1 – Imperativo de radicalidade em direção a uma ruptura civilizacional: Dada a situação sem precedentes na história de nossa espécie, qualquer projeto político ou econômico que tergiverse sobre o imperativo de radicalidade é uma forma de negacionismo. 2 - Fazer entender que atenuar o colapso socioambiental em curso neste segundo quarto do século supõe construir consenso sobre uma política: (a) cientificamente informada; (b) focada na diminuição das desigualdades e na descontinuação do sistema energético-agroexportador; (c) atenta aos ensinamentos de outras civilizações (indígenas, de matriz africana etc.). 3 - Construir uma globalização política democrática e desmantelar a globalização econômica.

Gustavo Seferian: Ex-presidente do ANDES-SN (mandato 2023-2025); Professor Adjunto de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Cidadania Trabalhista, Pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (USP), Coordenador do Interpretar e Transformar o Brasil – Núcleo de estudos (UFMG).

Breve relato: Greve global pelo clima - campanha internacional de protestos inspirada pela ativista Greta Thunberg. Universidades, Institutos e Cefets - elaboração de protocolos de reconhecimento da emergência climática como condicionante de políticas institucionais como medidas efetivas de garantia de novas práticas e como referência indutora, enquanto mediação tática, para a sociedade em geral. Enfrentar iniciativas de ingerência do agronegócio nas universidades, institutos e Cefets, seja por meio de fundações ou outros financiamentos de pesquisas ou espaços institucionais vinculados ao agronegócio.

16h às 16h30 - Lanche

16h30 às 19h: Painel 3 - A humanidade e a natureza em risco: os impactos do PL 2159/2021 (PL da Devastação) para os povos indígenas, originários, tradicionais e quilombolas.

Painelista: Melka Germana de Sousa Barros (Teia dos Povos).

Coordenação: Regina Célia da Silva (2ª VPR Regional São Paulo).

Relatoria: Muna Muhammad Odeh (2^a VPR Regional Planalto).

Melka Germana de Sousa Barros: pesquisadora do Instituto Vozes da Terra e integrante da Teia dos Povos do Ceará.

Breve relato: Expôs os riscos e retrocessos embutidos no projeto que propõe um novo marco legal para o licenciamento ambiental no país. Segundo ela, a proposta representa uma ruptura perigosa com décadas de avanços na legislação ambiental brasileira — que desde o Código Florestal e o Código das Águas, de 1934, passou por marcos fundamentais como a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Crimes Ambientais (1998). Entre os pontos mais preocupantes do PL estão a retirada da exigência de outorga de uso da água — essencial para garantir a qualidade e quantidade do abastecimento — e a introdução do autolicenciamento ambiental, mecanismo que permitiria a aprovação automática de empreendimentos apenas mediante uma declaração online dos empresários, sem análise técnica prévia. A proposta também enfraquece o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e reduz a participação de órgãos como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Outro aspecto destacado por Melka foi a criação da Licença Ambiental Especial (LAE), incluída no texto durante a tramitação no Senado. A nova modalidade permitiria a aceleração de projetos estratégicos mesmo com alto potencial de degradação, como a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. Paralelamente, o projeto isenta instituições financeiras de responsabilidade por danos socioambientais decorrentes de empreendimentos financiados, abrindo brechas para a expansão de atividades predatórias sem consequências legais para financiadores. Os impactos sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais foram apontados como um dos maiores retrocessos. O texto restringe a análise de impactos a terras indígenas homologadas e territórios quilombolas titulados, ignorando áreas em processo de regularização e desconsiderando direitos assegurados pela Constituição e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante a consulta livre, prévia e informada às populações afetadas. A proposta também reduz as áreas consideradas nos estudos de impacto e impõe metragens sem base técnica para definir zonas de influência dos empreendimentos. As consequências esperadas com a aprovação do projeto incluem poluição descontrolada, aumento do desmatamento, escassez de água e maior ocorrência de desastres ambientais, além da fragilização de unidades de conservação. A flexibilização das regras ambientais ameaça diretamente os modos de vida tradicionais e a biodiversidade,

comprometendo compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de clima e proteção ambiental. Ao final da exposição, Melka ressaltou que a mobilização de comunidades, movimentos sociais e instituições acadêmicas será fundamental para conter os retrocessos propostos pelo PL e defender um modelo de licenciamento que garanta justiça ambiental e a proteção dos territórios. Melka enfatizou a importância da mobilização popular, com participação de comunidades, movimentos sociais e academia, para barrar os retrocessos do PL e defender um modelo de licenciamento que promova justiça ambiental e proteção dos territórios.

Dia 28/09/2025 – domingo, manhã

Coordenação: Annie Schmaltz Hsiou (3^a vice-presidenta ANDES-SN) e Maria Raquel Garcia Vega (1^a VPR Regional Rio de Janeiro)

Relatoria: Ruth Helena Cristo Almeida (2^a VPR Regional Norte II) e Luciana Henrique da Silva (1^a VPR Pantanal).

9h às 11h – Resoluções do 43º Congresso do ANDES-SN e 68º Conad

Breve descrição: A mesa apresentou as deliberações do 43º Congresso e do 68º Conad, com o intuito de compartilhar aquelas que já foram encaminhadas pelo ANDES-SN por meio das seções sindicais. Em seguida, houve complementação dos informes sobre essas ações, seguida de debates com diversas inscrições.

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as Regionais do ANDES-SN realizem painéis sobre o papel da luta sindical docente em contexto do colapso climático e ambiental; OK.
2. Que o ANDES-SN se integre à organização da Cúpula dos Povos para construção das atividades paralelas à COP-30 oficial com uma política de independência de governos e partidos, bem como, de crítica da institucionalidade inefetiva das COPs; Em andamento.

3. Que o ANDES-SN incentive suas seções sindicais a realizarem atividades nos locais de trabalho para se mobilizarem e participarem das ações construídas pela Cúpula dos Povos no bojo da COP 30, por meio do envio de delegações; Em andamento.
4. Que o ANDES-SN e as suas seções sindicais construam articulações com movimentos sociais populares com vistas a promover ações solidárias para contenção de efeitos de grandes eventos climáticos extremos sobre a classe trabalhadora; OK.
5. Que o GTPAUA realize painel sobre o tema de currículo, questões socioambientais e climáticas desde a perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras e desigualdades ambientais; OK.
6. Que o GTPAUA paute em sua reunião os debates acerca do Antropoceno e do impacto do colapso climático sobre infâncias; e as iniciativas dos movimentos sociais acerca dos crimes relacionados a queimadas frequentes em diversos territórios brasileiros; OK.
7. Que o ANDES-SN participe e construa o IX Encontro de Pesquisadores(as) e Professores(as) na Mineração, bem como a Brigada Carlos Drummond de Andrade do MAM em Fortaleza - CE, estimulando a participação das seções sindicais na construção do evento; OK.
8. Que as seções sindicais do ANDES-SN estimulem a construção das Jornadas Universitárias de debate na Mineração, assim como das Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária; OK.
9. Que o ANDES-SN produza materiais, realize atividades que debatam criticamente os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), com vistas a contrapô-los; Proposta de encaminhamento.
10. Que o ANDES-SN e as suas seções continuem apoiando ativa e financeiramente, em associação com a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) os Acampamentos Terra Livre, cuja 21ª edição já está convocada para a semana de 7 a 11 de abril em Brasília, bem como convoque suas seções sindicais e filiados(as) a participarem da programação do Acampamento; OK.
11. Estimular que as seções sindicais promovam debates e reuniões coordenadas pelos GTPAUAS locais para preparar a ação do ANDES-SN e dos movimentos sociais na COP 30; Em andamento.

11.1. Estimular as seções sindicais para que promovam painéis, seminários e debates acerca dos 10 anos do crime socioambiental da Samarco em Mariana; a aviltante condição das populações indígenas no Brasil (ameaçadas permanentemente pelo avanço da fronteira agropecuária e por novos empreendimentos energéticos e minerários); a degradante possibilidade de exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial; entre outros temas de interesse de cada região; Em andamento.

12. Utilizar o período do 21º ATL para realizar reunião do GTPAUA e de seu pleno com vistas a organizar nossa participação nas ações dos movimentos sociais durante a COP 30; OK.

13. Que o Andes-SN se coloque firme e publicamente contrário à exploração de potássio no Rio Madeira e a extração de petróleo na Margem Equatorial do Amapá, ações do capital primário exportador que afetarão gravemente os povos originários, quilombolas e ribeirinhos na Amazônia Brasileira. Pendência.

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais promovam em articulação com outros movimentos socioambientais, ações de enfrentamento ao PL da Devastação (PL 2.159/2021) e outras medidas que visem a flexibilização do licenciamento ambiental; Em andamento.

2. Promover ações, em conjunto com movimentos sociais e ambientais, que visem denunciar as ações de milícias rurais organizadas por madeireiros, grileiros, garimpeiros, fazendeiros e mineradoras em suas disputas por territórios e ofensivas contra povos originários e tradicionais e camponeses, bem como ações de solidariedade às vítimas de tais milícias. Em andamento.

11h às 13h – Encaminhamentos

Após a leitura de todas as propostas, a mesa apresentou um conjunto de temas coletados ao longo dos três painéis da reunião, com o objetivo de fortalecer a atuação do GTPAUA no 44º Congresso do ANDES-SN. Em seguida, os itens foram lidos individualmente e abertos para destaques, registrando-se diversas inscrições para novas inclusões e sugestões de redação:

1. Um dia (segunda sem carne) sem carne em Restaurantes de Docentes, como forma de conscientizar a necessidade de diminuir o consumo de carne vermelha, conectado com

a alta taxa de poluição emissão de gases poluentes, além do desmatamento e avanço do agronegócio brasileiro (pastoril, pegada de carbono);

2. Adotar uma política de restrição do uso de material plástico (não comprar de uso único) em CONADs e Congressos, incentivando a categoria a ter maior consciência etc.; Formação funcionários das seções sindicais;
3. Construir e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) no ANDES-SN e das seções sindicais;
4. Possibilidade de articulação e/ou adotar (uma) com cooperativas/movimentos sociais de agricultura familiar e reciclagem, nos locais de realização de CONADs e Congressos - Compra de alimentos orgânicos de cooperativas e de movimentos sociais nos eventos dos Andes-SN;
5. Lutar pela revogação de todas as medidas provisórias, decretos, resoluções, PLs do pacote de agrotóxicos dos governos federal (Bolsonaro e Lula);
6. Combater uma perspectiva de uma visão reducionista da agroecologia (p.ex. agronômica e tecnológica) e da privatização da produção científica sob a lógica neoliberal;
7. Defender a soberania nacional (conceito de soberanias, plural), contra a exploração de terras raras pelo imperialismo: fomentando a corrida/disputa entre as tecnologias EUA X China);
8. Lutar contra a medida provisória 1308/2025, para a exploração da Margem Equatorial (Foz do Amazonas) e todos 800 artigos que retomam aqueles artigos vetados no PL 2159/2021 (PL da Devastação);
9. Avançar na construção de protocolo de emergência climática para as IES;
10. Declaração de reconhecimento da emergência climática pelo ANDES-SN;
11. Promover ações de sensibilização sobre a necessidade de reforma curricular em atendimento à RESOLUÇÃO CNE Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 e Parecer CNE/CP nº 14/2012, na formação de professores e profissionais engessada no século XX (formação profissionais para o século XXI) em conjunto com o GTPE;
12. Denunciar a financeirização da natureza e a falácia dos ODS e o “capitalismo verde”;
13. Fortalecer ações conjuntas com o MAM, a escola Florestan Fernandes, Teia dos Povos, Apib, ATL (indicação) e demais movimentos sociais em defesa das soberanias e da democracia na organização dos enfrentamentos em favor do Bem Viver e dos direitos da natureza;

14. Apoiar a construção de protocolos comunitários de consulta e consentimento prévio, livre e informado, também denominados de protocolos autônomos no processo de licenciamento;
15. Articular ações conjuntas com lideranças comunitárias e de movimentos sociais para dar visibilidade às pautas (proteção dos militantes do anonimato);
16. Acompanhar as pautas das Teia dos Povos nos estados;
17. Reunião conjunta GTPE, GTPAUA e GTCeT – soberania digital, energética – energivora – Data Centers;
18. GTPAUSA – Grupo de Trabalho em Políticas Agrárias, Urbanas e Socioambientais (sem consenso);
19. Impactos ambientais das guerras e conflitos armamentistas (Ucrânia, Palestina);
20. Estimular o debate na perspectiva da relação dialética entre campo e cidade (habitação, direito à cidade, direito à água, rios urbanos, p.ex., enchentes Rio Grande do Sul) frente aos desafios das emergências climáticas. (sem consenso).

Cabide: 40º Congresso do ANDES-SN, Porto Alegre/RS.

- Que o GTPAUA e o GTCT realizem uma reunião conjunta para discutir os Planos Nacional de Mineração 2030 e 2050 e o Plano Nacional de Energia 2050.

A reunião foi encerrada às 13h.

Brasília, 28 de setembro de 2025.

Coordenação do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental - GTPAUA